



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 61/XIV/ 2.ª SL

Aos 24 dias do mês de março de 2021, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato misto (Presencial + Videoconferência)

10:00 HORAS

1. *Informações;*
2. *Apreciação e votação da ata n.º 59, de 17 de março;*

10:30 HORAS

3. *Audição, por videoconferência, do Diretor do Programa para a área da Saúde Mental, Dr. Fernando Miguel Teixeira Xavier, requerida pelo BE, «sobre a não concretização da maior parte das metas do Plano Nacional de Saúde Mental que vigorou até 2020 e a falta de definição de um Plano para o futuro»;*
4. *Discussão e votação do requerimento do PCP, que solicita as audições da Associação Portuguesa de Fertilidade, da Sociedade Portuguesa de Medicina Reprodutiva, do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida e do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, António Lacerda Sales, para «discussão sobre os atrasos no acesso aos tratamentos de procriação medicamente assistida e as medidas para os recuperar»;*
5. *Discussão e votação do texto final relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 253/XIV (PCP), 256/XIV (IL), 282/XIV (CDS-PP), 284/XIV (CDS-PP), 291/XIV (BE) e 304/XIV (PSD), sobre cuidados paliativos e reforço da Rede de Cuidados Paliativos;*
6. *Ratificação das votações indiciárias do Texto Final resultante dos Projetos de Lei n.ºs 214/XIV/1.ª (Iniciativa de cidadãos), 223/XIV/1.ª, do PS, 237/XIV/1.ª, do BE e 572/XIV/2.ª, do PCP.*
7. *Admissão e distribuição da Petição n.º 214/XIV/2.ª - «Somos transplantados renais, hepáticos, pulmonares e de outros órgãos sólidos, e queremos ser vacinados contra o Covid-19»;*
8. *Discussão e votação do Requerimento do BE, a solicitar audição conjunta, com a Comissão Parlamentar de Trabalho e Segurança Social, do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Alto Minho (ULSAM) e do Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico*

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 61/XIV/ 2.ª SL

e Terapêutica (STSS), sobre a não internalização do serviço de radiologia e sobre a violação em curso da lei laboral;

9. *Discussão e votação do requerimento do PCP, a solicitar audição do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte e do Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica, sobre a Unidade Local de Saúde do Alto Minho (ULSAM).*
10. *Outros assuntos.*

1. Informações

A Presidente informou os Deputados de que se encontram por agendar várias audições e audiências, tendo solicitado que indicassem quais deveriam ser priorizadas. A lista de audiências está a ser atualizada e será enviada a todos.

O Deputado Moisés Ferreira perguntou se a audiência requerida por vários diretores do Hospital de Setúbal constava da lista anteriormente referida, tendo sido informado que constava.

A Presidente informou igualmente sobre as audiências e audições já confirmadas para a próxima semana, a saber, a audiência da Associação Portuguesa de Combate à Leucemia, no dia 30 de março, às 15:00, a audição do INFARMED, a requerimento do PSD, também para dia 30, às 16:00 e a audição do Coordenador da Task-Force de vacinação da COVID-19, igualmente a requerimento do PSD, que se encontra agendada para dia 31 de março, às 10:30.

2. Apreciação e votação da ata n.º 59, de 17 de março

A ata n.º 59, respeitante à reunião de 17 de março, foi submetida a apreciação, tendo sido votada por unanimidade, registando-se a ausência do CH.

3. Audição, por videoconferência, do Diretor do Programa para a área da Saúde Mental, Dr. Fernando Miguel Teixeira Xavier, requerida pelo BE, «sobre a não concretização da maior parte das metas do Plano Nacional de Saúde Mental que vigorou até 2020 e a falta de definição de um Plano para o futuro»

A Presidente saudou o Diretor do Programa para a área da Saúde Mental, Dr. Fernando Miguel Teixeira Xavier.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 61/XIV/ 2.ª SL

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o requerimento do BE, começando por afirmar que pretende que a saúde mental seja uma política prioritária, tendo questionado sobre o ponto de situação e as perspetivas de futuro do Plano Nacional de Saúde Mental (PNSM), o aumento da visibilidade da questão da saúde mental e os impactos presentes e futuros da pandemia na capacidade de resposta do SNS às necessidades futuras, e qual a avaliação sobre a reforma da saúde mental e o esforço orçamental necessário para concretizar essa reforma.

Respondeu o Dr. Fernando Miguel Xavier, referindo ser crucial serem apresentadas contas acerca do PNSM, declarando que o mesmo deve manter-se em vigor até estarem concretizadas todas as medidas propostas, mais referindo que as estratégias estão todas definidas, e que foi concretizada a criação das equipas comunitárias, havendo ainda trabalho a fazer na concretização das estratégias. Referiu igualmente que os problemas de saúde mental não surgiram por causa da atual situação pandémica, antes esta trouxe-lhes maior visibilidade, notando a mudança de paradigma de a saúde mental passar a ser um problema que diz respeito a todos e ainda que Portugal tem bons planos, mas alguma dificuldade em concretizá-los.

Dada a palavra aos Deputados, intervieram: Susana Correia, que destacou a relevância e os eixos de atuação do PNSM e a prioridade dada à saúde mental no Plano de Resiliência e Recuperação (PRR), questionando sobre a eventual ausência de metas do PNSM, quais as condições de concretização do Plano de Resiliência e a necessidade de um Plano específico para a saúde mental em contexto de pandemia; Cláudia Bento, que contextualizou a incidência de doenças mentais em Portugal e o estado dos planos e do setor da saúde mental, tendo questionado sobre a criação de equipas multidisciplinares de cuidados de saúde mental, e colocou questões sobre a desinstitucionalização de doentes, os meios e medidas previstas no PRR e o impacto da situação pandémica na capacidade de resposta no âmbito da saúde mental; João Dias, que notou a existência de planos bem concebidos no âmbito da saúde mental, que esbarram na falta de financiamento e numa certa falta de vontade política para serem concretizados, tendo questionado sobre a falta de meios nos cuidados continuados de saúde mental, a política de desinstitucionalização, o impacto da presente situação pandémica no agravamento de problemas já existentes na área da saúde mental e as medidas em curso e as



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 61/XIV/ 2.º SL

previstas para avaliar e combater este impacto; Ana Rita Bessa, que começou por evidenciar a falta de fundos para implementar as medidas do PNSM e a esperança do PRR como catalisador de diversos Programas, tendo questionado sobre os investimentos feitos a vários níveis dos cuidados de saúde mental, sobre as medidas da reforma da saúde mental e as garantias da sua concretização; Bebiana Cunha, que questionou sobre a vontade política para efetivar a reforma da saúde mental, as prioridades e medidas determinadas pelo impacto da pandemia, o problema do «*burn-out*» em diversos grupos profissionais e as medidas para o mitigar e sobre a existência de medidas específicas para certos grupos, como os jovens; Cristina Rodrigues, que evidenciou o estado atual da saúde mental em Portugal e questionou sobre as prioridades de investimento na saúde mental, as medidas destinadas à saúde mental dos profissionais de saúde e sobre a eficácia do «cheque-psicólogo» como medida de combate aos problemas de saúde mental.

O Dr. Fernando Miguel Xavier respondeu que o PNSM mantém a sua relevância, lamentando as interrupções prolongadas que o mesmo teve e concordando que tem havido um subinvestimento crónico, frisando que um dos maiores obstáculos ao avanço dos cuidados de saúde mental em Portugal é a falta de recursos humanos especializados, notando, contudo, que apesar da situação pandémica, não houve uma diminuição no acesso aos cuidados. Afirmou também que Portugal tem que fortalecer a prestação dos cuidados continuados, como resposta aos impactos futuros na saúde mental, porque os cuidados devem ser prestados junto da comunidade e não nos hospitais, discordando que se esteja no mesmo ponto em que se estava em 2019, elogiando o trabalho dos profissionais de saúde mental. Notou ainda que a grande maioria das medidas estruturais estão por encetar, reconhecendo a importância do investimento previsto no PRR, quando comparado com o investimento efetuado na saúde nos últimos 20 anos, demonstrando preocupação pelo esbater da questão da saúde mental quando a situação pandémica abrandar. Referiu igualmente ser necessária a criação de uma estrutura que execute e implemente as medidas e que congregue os responsáveis pela elaboração dos planos e os responsáveis pela sua concretização, mais referindo que foram criadas equipas para combater o «*burn-out*» dos profissionais, concluindo por afirmar que não concorda com o «cheque-psicólogo», por entender tal medida insuficiente, dado que a resposta deve necessariamente ser multidisciplinar.

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 61/XIV/ 2.º SL

Na segunda ronda de perguntas, solicitaram esclarecimentos adicionais os Deputados Susana Correia, Cláudia Bento, Moisés Ferreira, João Dias, Ana Rita Bessa e Bebiana Cunha, esclarecimentos que o Dr. Fernando Miguel Xavier prestou. A Presidente agradeceu a presença e os esclarecimentos prestados pelo Dr. Fernando Miguel Xavier, dando por encerrada a audição.

4. Discussão e votação do requerimento do PCP, que solicita as audições da Associação Portuguesa de Fertilidade, da Sociedade Portuguesa de Medicina Reprodutiva, do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida e do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, António Lacerda Sales (SEAS), para «discussão sobre os atrasos no acesso aos tratamentos de procriação medicamente assistida e as medidas para os recuperar»

A Deputada Paula Santos apresentou o requerimento do PCP e expôs sumariamente o contexto em que o mesmo foi apresentando, notando que existe um problema no que concerne ao acesso aos tratamentos de procriação medicamente assistida (PMA), um problema que já existia, mas que se agravou com a pandemia, sendo que os centros públicos de PMA não recuperaram dos atrasos. A Deputada Elza Pais disse que esta preocupação é partilhada pelo PS, mais declarando que não se opõem às audições, mas entendem que as mesmas nada acrescentarão ao que já se sabe, em particular no que diz respeito ao SEAS, notando que foi criado um grupo de trabalho para acompanhar esta questão e que têm sido envidados esforços para recuperar os referidos atrasos.

O Deputado António Maló de Abreu declarou que o PSD nada tem a opor à realização das audições requeridas.

O Deputado Moisés Ferreira referiu que o BE acompanha o requerimento e requereu o célere agendamento das audições, tendo em conta o avolumar das listas de espera.

A Deputada Ana Rita Bessa declarou acompanhar favoravelmente o requerimento do PCP, recordando ainda que o CDS apresentou um projeto de resolução sobre este assunto.

A Deputada Paula Santos pediu novamente a palavra para declarar que esta é uma situação que carece de tratamento urgente e que faz sentido ouvir o SEAS nestas

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 61/XIV/ 2.ª SL

audições para perceber quais as medidas a tomar, de modo a não prejudicar mais o acesso aos tratamentos.

Submetido a votação, foi o requerimento aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CH.

5. Discussão e votação do texto final relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 253/XIV (PCP), 256/XIV (IL), 282/XIV (CDS-PP), 284/XIV (CDS-PP), 291/XIV (BE) e 304/XIV (PSD), sobre cuidados paliativos e reforço da Rede de Cuidados Paliativos

Procedeu-se à discussão do texto único relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 253/XIV (PCP), 256/XIV (IL), 282/XIV (CDS-PP), 284/XIV (CDS-PP), 291/XIV (BE) e 304/XIV (PSD), sobre os cuidados paliativos e o reforço da Rede de Cuidados Paliativos. A Deputada Sandra Pereira apresentou o texto comum que reorganiza o texto inicialmente preparado pelo Deputado João Dias. Foi acordado que seria o texto reorganizado pelo PSD a ser objeto de votação.

O texto comum foi votado em conformidade com o documento «*texto comum com votações*», em anexo a esta ata, dele resultando o Texto Final.

O Deputado João Cotrim Figueiredo, subscritor do PJR n.º 256, será auscultado no sentido de saber se dá o seu acordo a este Texto Final.

Após as votações, a Deputada Sandra Pereira informou que o sentido de voto do PSD foi sempre no sentido da fusão dos textos dos vários PJR em discussão.

6. Ratificação das votações indiciárias do Texto Final resultante dos Projetos de Lei n.ºs 214/XIV/1.ª (iniciativa de cidadãos), 223/XIV/1.ª, do PS, 237/XIV/1.ª, do BE e 572/XIV/2.ª, do PCP

Foram ratificadas as votações indiciárias realizadas no GT PMA, sobre o Texto Final resultante dos Projetos de Lei n.ºs 214/XIV/1.ª (iniciativa de cidadãos), 223/XIV/1.ª, do PS, 237/XIV/1.ª, do BE e 572/XIV/2.ª, do PCP, relativos à inseminação *post mortem*, estando presentes todos os Grupos Parlamentares e registando-se a ausência do CH. Uma vez que o GP do CDS-PP esteve ausente das votações em sede de GT, a Deputada Ana Rita Bessa informou que o CDS-PP vota contra os artigos 1.ª a 5.ª, bem como contra o título.

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 61/XIV/2.ª SL

7. Admissão e distribuição da Petição n.º 214/XIV/2.ª - «Somos transplantados renais, hepáticos, pulmonares e de outros órgãos sólidos, e queremos ser vacinados contra o Covid-19»

A Petição n.º 214/XIV/2.ª, «Somos transplantados renais, hepáticos, pulmonares e de outros órgãos sólidos, e queremos ser vacinados contra o Covid-19» foi distribuída ao Grupo Parlamentar do PS, tendo sido designado como seu Relator o Deputado Bruno Aragão.

8. Discussão e votação do Requerimento do BE, a solicitar audição conjunta, com a Comissão Parlamentar de Trabalho e Segurança Social, do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Alto Minho (ULSAM) e do Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica (STSS), sobre a não internalização do serviço de radiologia e sobre a violação em curso da lei laboral

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o requerimento do BE, expondo em suma as razões do mesmo, desde logo requerendo que as audições a efetuar sejam realizadas em conjunto com a Comissão de Trabalho e Segurança Social, pois a matéria a ser abordada, não obstante a sua natureza laboral, respeita igualmente à capacidade de resposta do SNS.

A Presidente lembrou que sobre esta matéria existem dois Projetos de Resolução, que foram distribuídos à 13.ª Comissão e que a Ministra da Saúde abordará esta questão na audição que terá lugar na CTSS, cujo link será disponibilizado aos Deputados desta Comissão.

Submetido a votação, foi o requerimento aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do CDS-PP e do CH.

9. Discussão e votação do requerimento do PCP, a solicitar audição do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte e do Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica, sobre a Unidade Local de Saúde do Alto Minho (ULSAM)

A Deputada Diana Ferreira apresentou o requerimento do PCP, referindo em suma que o PCP defende a internalização do serviço de radiologia da ULSAM, tal como de outros serviços, pois existe uma situação de injustiça para com os trabalhadores



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 61/XIV/ 2.ª SL

destes serviços externalizados, que deviam ser internalizados, sobretudo quando se aproxima o fim dos contratos de concessão. Mais referiu que, estando a ULSAM sob a tutela do Ministério da Saúde, é importante que nesta Comissão sejam ouvidos os representantes dos trabalhadores deste serviço, para prestarem informações sobre os seus direitos, que devem ser salvaguardados.

A Deputada Anabela Rodrigues referiu que esta situação é conhecida e que acompanharão os requerimentos sobre a mesma, e que é importante ouvir a administração e os sindicatos.

O Deputado António Maló de Abreu declarou que acompanha os requerimentos e que nada tem a opor aos mesmos.

A Deputada Diana Ferreira pediu novamente a palavra para salientar que a matéria em discussão é da competência e da responsabilidade do Ministério da Saúde, sendo essa a razão da apresentação do requerimento junto da Comissão de Saúde. Submetido a votação, foi o requerimento aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do CDS-PP e do CH.

A reunião foi encerrada às 13:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a respetiva gravação ser acedida neste [link](#) e neste [link](#). A vídeo gravação da audição efetuada durante a presente reunião poderá ser acedida neste [link](#).

Palácio de São Bento, 29 março 2021.

A PRESIDENTE

(MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS)



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 61/XIV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Rodrigues (PS)
Bruno Aragão (PS)
Cristina Jesus (PS)
Hortense Martins (PS)
Maria Antónia De Almeida Santos (PS)
Sónia Fertuzinhos (PS)
Susana Amador (PS)
Susana Correia (PS)
Telma Guerreiro (PS)
Alberto Machado (PSD)
Álvaro Almeida (PSD)
António Maló De Abreu (PSD)
Cláudia Bento (PSD)
Pedro Alves (PSD)
Ricardo Baptista Leite (PSD)
Rui Cristina (PSD)
Sandra Pereira (PSD)
José Manuel Pureza (BE)
Moisés Ferreira (BE)
Paula Santos (PCP)
Ana Rita Bessa (CDS-PP)
Bebiana Cunha (PAN)
Elza Pais (PS)
Francisco Rocha (PS)
João Gouveia (PS)
Marta Freitas (PS)
João Dias (PCP)
Pedro Delgado Alves (PS)
Cristina Rodrigues (NINSC)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 61/XIV/ 2.º SL

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Joana Lima (PS)

André Ventura (CH)